



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Enquanto houver bambu...

Com Marcelo Queiroga em isolamento num hotel em Nova York, a CPI da Covid vai continuar até o prazo final, ou seja, início de novembro. A ideia é aprofundar o caso Prevent Senior e as relações da Dlog, a Diretoria de Logística do Ministério da Saúde.

... há flecha

A Dlog, aliás, será o foco principal nas próximas semanas, junto com a Precisa Medicamentos. Ou seja, a dor de cabeça de muitos por ali não vai terminar tão cedo.

Reserva de mercado

Arthur Lira tem escolhido a dedo os relatores dos projetos importantes. Daí, a indicação do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) para relatar a PEC dos Precatórios. O ritmo será o que o presidente da Câmara quiser. A PEC é, hoje, a prioridade um do governo federal.

Não vem que não tem

O presidente do PDT, Carlos Lupi, avisa aos petistas interessados em tirar Ciro Gomes do páreo que eles vão perder tempo. “A candidatura do Ciro é irreversível. Em 41 anos de vida pública, jamais tive um ato de traição ou deslealdade. Eu que chamei o Ciro para vir para o PDT, ele é nosso candidato e ninguém do PT terá coragem sequer de insinuar uma retirada da candidatura comigo. Não tem”, disse Lupi à Coluna. Neste fim de semana, Ciro estará no Rio de Janeiro, ao lado do presidente do partido.

Enquanto isso, no PSB...

O líder da oposição, Alessandro Molon, é o nome que o partido lançará ao Senado, no Rio, em parceria com Marcelo Freixo, candidato a governador. Falta encaixar o PT. A expectativa, porém, é a de que se o partido apoiar a candidatura de Lula à Presidência da República, ficará mais fácil.



Corra, Arthur, corra

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cogitou esta semana levar a reforma administrativa diretamente para o plenário da Casa. Não o fez porque não tem fechados os 308 votos para aprovar a proposta. A intenção de Lira era aproveitar este mês em que os deputados ainda estão em sessões remotas e os debates restritos. Agora, se demorar muito para votar tudo na comissão especial, as apostas indicam que será muito difícil levar o projeto adiante. Isso porque, embora este Congresso seja mais reformista que o anterior, muitos deputados preferem não arriscar um desgaste junto às mais diversas categorias do setor público, e, mais à frente, o Senado travar essa discussão. Ou seja, terá sido muito trabalho em vão.

Quanto ao relator da reforma tributária, Arthur Maia (DEM-BA), a avaliação dos líderes é a de que, até aqui, ele fez tudo o que estava ao seu alcance para tentar facilitar a aprovação da reforma. Porém, assim que a quarta versão do relatório foi apresentada, a expectativa ainda era uma difícil aprovação.

CURTIDAS

“Desceu o morro de tamanco”/ O deputado Vinicius Poit (Novo-SP) bateu boca com um grupo de servidores que faziam quase que um corredor polonês contra a reforma administrativa. Foi xingado como “defensor da corrupção”, por causa do risco da liberação de cargos de servidores efetivos para apadrinhamento político.

Nem vem/ Poit, que é favorável à reforma para acabar com os supersalários, rebateu dizendo que a turma estava ali para defender Lula e o PT. O clima só melhorou quando o presidente do Sindilegis, Allison Souza, entrou na roda e, com muita calma, explicou que a posição dos servidores contra a proposta se deve à falta de estudos e cálculos atuariais. O deputado, porém, não muda sua posição: é a favor da reforma e ponto.

Vinicius Cardoso/Esp. CB/D.A Press - 26/6/19



Enquanto isso, na fila.../ Ao tomar a vacina com uma camiseta Fora Bolsonaro, o deputado Alessandro Molon (foto) acabou, sem querer, provocando uma discussão entre duas senhoras na fila. A que estava logo à sua frente disse que usaria uma camiseta escrito “Bolsonaro é o melhor presidente que o país já teve”. Uma outra, que não ouviu direito o que a primeira havia dito, respondeu: “Pois é, eu quero uma camiseta dessa daí. Não sei como alguém ainda apoia Bolsonaro”.

... a discussão rolou solta/ A confusão estava armada. Molon, então, apenas defendeu a democracia e deixou que as duas mantivessem a discussão, torcendo pelo consenso, pelas maravilhas da democracia e pelo respeito à opinião alheia.

ELEIÇÕES / Plenário rejeita o retorno das alianças partidárias para eleições legislativas, o que não interessava às pequenas legendas. De acordo com a relatora Simone Tebet, dispositivo distorcia vontade do eleitor e reunia agremiações com nada em comum por conveniência

Senado barra as coligações

O Senado rejeitou, ontem, o retorno das coligações para eleições do Legislativo. A volta dessas alianças era parte de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 28/2021, com mudanças em regras eleitorais, aprovada na semana passada na Câmara, por iniciativa do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

O retorno das coligações é uma reivindicação dos pequenos partidos. Para eleger mais parlamentares, essas legendas dependem das alianças. Suas chapas ao Legislativo têm poucos votos, embora alguns candidatos sejam bem votados. Em defesa do fim das coligações proporcionais, argumenta-se que estimulam a proliferação de legendas de aluguel e bancadas pulverizadas. Em consequência, ocorreriam com problemas de governabilidade.

A proibição de coligações proporcionais vigorou pela primeira vez em 2020. Em consequência, houve proliferação de candidaturas ao Executivo. O objetivo era “puxar” votos para o Legislativo. Alguns partidos se queixaram de dificuldade para financiar suas campanhas. Legendas consideradas ideológicas, como Rede, PCdoB e Cidadania, estão entre as ameaçadas de ter menos parlamentares eleitos e, mais adiante, de extinção.

Segundo a relatora, a senadora Simone Tebet (MDB-MS), as coligações distorcem a vontade do eleitor, ao eleger candidatos com orientações políticas diferentes daqueles escolhidos, além de aumentar a fragmentação partidária e dificultar a governabilidade.

Entre os trechos também aprovados ontem está um dispositivo para incentivar candidaturas de mulheres e negros. Aprovada em

Pacheco já tinha sinalizado que as mudanças no processo eleitoral provavelmente não serão aprovadas em tempo hábil

Jefferson Rudy/Agência Senado



agosto pela Câmara, a proposta segue agora para promulgação. O texto precisa ser promulgado até 2 de outubro para que as regras te-

nam validade nas eleições de 2022. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), já tinha alertado para a dificuldade de

se aprovar integralmente o novo código eleitoral a tempo de passara a valer já para as eleições gerais do próximo ano. Foram 70 votos

contra três na votação em primeiro turno, e 66 a três na votação em segundo turno. Como é uma PEC, a proposta não passa pelo presidente Jair Bolsonaro.

“Nós estamos, primeiro, rejeitando a volta das coligações nas eleições proporcionais, até porque ela foi extinta na reforma eleitoral de 2017. O que fica? Fica que mulheres e negros eleitos contarão em dobro para fins de cálculo do valor dos fundos da eleição de 2022 até 2030, como uma forma de estímulo”, salientou a relatora.

O texto aprovado mantém mudança na regra de fidelidade partidária encaminhada pela Câmara, constitucionalizando a fidelidade partidária. Pela nova regra, deputados federais, estaduais e distritais e vereadores que saírem do partido pelo qual tenham sido eleitos não perderão o mandato se a legenda concordar com a saída.

JUDICIÁRIO

Fux faz balanço e ressalta STF “coeso”

Antes da sessão dos julgamentos de ontem, o ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), fez um balanço do seu primeiro ano no comando da Corte e disse que o trabalho tem sido “desafiador” em razão da pandemia e do ambiente político. Na primeira metade do biênio que delimita o seu mandato à frente do colegiado, os ataques do presidente Jair Bolsonaro e de seus apoiadores aos ministros da Corte se intensificaram. Neste cenário, o magistrado atuou diversas vezes em conjunto

com os outros Poderes para encerrar a crise política, mas, também, foi firme ao lidar com o Palácio do Planalto diante dos ataques recorrentes aos seus pares.

“Para além da crise sanitária que vivenciamos, a atual conjuntura trouxe reflexos político-institucionais e socioeconômicos, que tem testado o vigor das nossas instituições políticas”, afirmou.

A despeito da recente tentativa de recuo do Planalto, com a carta à Nação escrita pelo ex-presidente Michel Temer em nome de Bolsonaro, a crise entre Execu-

tivo e Judiciário foi reavivada após a escalada de investidas do presidente contra o STF chegar ao ápice no 7 de Setembro. Sem citar Bolsonaro, Fux disse que o STF segue “estável, resiliente e coeso” e tem contribuído para a “estabilidade institucional”.

“Assegurando o regime democrático, dirimindo conflitos em prol de maior segurança jurídica e, de modo vigilante, garantindo a observância dos direitos fundamentais”, disse.

Na tentativa de manter o equilíbrio entre os Poderes, Fux convidou Bolsonaro para uma reunião no STF, no dia 12 de julho, logo após o presidente ter xingado o ministro Luís Roberto Barroso de “imbecil”. O magistrado também idealizou uma reunião entre os líderes dos três Poderes na tentati-

va de restabelecer a harmonia e frear os ataques do presidente, que, naquele momento, investia em ataques ao sistema de votação eletrônico e aos ministros do Supremo que integram o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

“Este Supremo Tribunal Federal se apresenta como exemplo vivo de que a democracia deriva do dissenso institucionalizado, e não da discórdia visceral ou do caos generalizado”, comentou Fux.

Apesar dos acenos à conciliação, o ministro também soube se impor quando os ataques do presidente romperam os limites retóricos e passaram a representar ameaças à segurança dos ministros. Às vésperas das manifestações de 7 de setembro, o magistrado afirmou que o STF não toleraria “ataques à democracia”.

Nelson Jr./SCO/STF - 8/9/21



Ministro lembrou que a Corte tem contribuído para a estabilidade funcional